# A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES TURCOS NA EUROPA ÀS VÉSPERAS E DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

## *LA EDUCACIÓN DE LOS ESTUDIANTES TURCOS EN EUROPA EN LOS MOMENTOS PREVIOS Y DURANTE LA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL*

## *TURKISH STUDENTS' EDUCATION IN EUROPE ON THE EVE OF AND DURING THE SECOND WORLD WAR*


Arzu BOY[1]
e-mail: arzunarboy@gmail.com

Mehtap BASARIR[2]
e-mail: mehtapbasarir@kayseri.edu.tr



**Como referenciar este artigo**:

Boy, A., & Basarir, M. (2026). A formação dos estudantes turcos na Europa às vésperas e durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, *30*, e026105. https://doi.org/10.22633/rpge.v30i00.21567

| **Submetido**: 04/08/2026
| **Revisões requeridas em**: 15/08/2026
| **Aprovado em**: 08/10/2026
| **Publicado em**: 28/10/2026

**Editor**: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
**Editor Adjunto Executivo**: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz



turnitin ARTIGO SUBMETIDO AO SISTEMA DE SIMILARIDADE



[1] Universidade Kafkas de Kars, Kars – Turquia. Faculdade de Educação.
[2] Universidade de Kayseri, Kayseri – Turquia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.





(cc) BY-NC-SA

**RESUMO**: O objetivo deste estudo é examinar os desafios enfrentados pelos estudantes turcos na Europa entre 1929 e 1946, incluindo sua evacuação na Segunda Guerra Mundial. A pesquisa empregou análise histórica e revisão documental. Foram analisados documentos de arquivo, reportagens de jornais e estudos históricos como fontes primárias e secundárias. Os dados foram analisados qualitativamente. A imprensa criticou o emprego fora da especialização, os baixos salários e as dificuldades de adaptação cultural no período pré-guerra como um "desperdício de juventude". Os relatos da guerra descrevem ocupação, bombardeios, obstáculos aos vistos e falhas de comunicação. As queixas oficiais sobre a conduta estudantil também revelam tensões na gestão da crise. Uma regulamentação noticiada em 1944 buscou ampliar a supervisão, embora as fontes não comprovem sua implementação ou seus efeitos. Os resultados contribuem para a história da política educacional ao relacionar mobilidade estudantil, financiamento, coordenação institucional e continuidade dos estudos.

**PALAVRAS-CHAVE**: Estudantes turcos. Europa. Segunda Guerra Mundial. Educação. Mobilidade estudantil.

***RESUMEN**: El objetivo de este estudio es examinar los desafíos que los estudiantes turcos enfrentaron en Europa entre 1929 y 1946, incluida su evacuación durante la Segunda Guerra Mundial. La investigación empleó análisis histórico y revisión documental. Se revisaron documentos de archivo, reportajes periodísticos y estudios históricos como fuentes primarias y secundarias. Los datos se analizaron cualitativamente. La prensa criticó el empleo ajeno a la especialidad, los bajos salarios y la adaptación cultural antes de la guerra como un "desperdicio de juventud". Los relatos bélicos describen ocupación, bombardeos, obstáculos para obtener visados e interrupciones de comunicación. Las quejas oficiales sobre la conducta estudiantil también revelan tensiones en la gestión de la crisis. Una regulación difundida en 1944 buscó reforzar la supervisión, aunque las fuentes no demuestran su implementación ni sus efectos. Los resultados contribuyen a la historia de la política educativa al relacionar movilidad estudiantil, financiación, coordinación institucional y continuidad educativa.*

***PALABRAS CLAVE**: Estudiantes turcos. Europa. Segunda Guerra Mundial. Educación. Movilidad estudiantil.*

***ABSTRACT**: The purpose of this study is to examine the challenges that Turkish students faced in Europe between 1929 and 1946, including their evacuation during the Second World War. The research employed historical analysis and document review. Archival documents, contemporary newspaper reports, and scholarly works were reviewed as primary and secondary sources. The data were analysed qualitatively. Press reports criticized employment outside graduates' expertise, low salaries, and cultural adaptation issues during the pre-war period as a "waste of youth." Wartime accounts describe occupation, bombings, visa obstacles, and communication breakdowns. Official complaints about student conduct also reveal tensions in crisis management. A regulation reported in 1944 sought to strengthen supervision, although its implementation and effects are not established by these sources. The findings contribute to the history of educational policy by relating international student mobility to funding, institutional coordination, and educational continuity.*

***KEYWORDS**: Turkish students. Europe. Second World War. Education. Student mobility.*


(cc) BY-NC-SA

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, deixar a terra natal para viajar a terras distantes em busca de conhecimento tem sido uma prática amplamente difundida. Os centros de conhecimento se deslocaram ao longo do tempo, influenciados pelas condições políticas, econômicas e culturais de cada época. Esses centros, inicialmente concentrados na bacia do Mediterrâneo durante a Antiguidade, posteriormente se transferiram para o mundo islâmico na Idade Média e, em seguida, para a Transoxiana e Istambul. A partir do século XIX, em razão dos avanços científicos, econômicos e sociais no Ocidente, a Europa emergiu como o principal centro da atividade científica (Gündüz, 2015; Doğan & Çetin, 2022). A proeminência do Ocidente na ciência e na tecnologia obrigou o Império Otomano, que passava por um processo de modernização, a acompanhar esses avanços.

A modernização otomana surgiu como uma resposta à busca da classe dirigente por soluções para os problemas do Estado, particularmente seu declínio militar em relação às potências europeias. Os acontecimentos e as perdas que se seguiram ao Segundo Cerco de Viena (1683) levaram as autoridades do Estado otomano a observar de perto a Europa, que avançava rapidamente ao seu lado (Berkes, 2014). Como parte dos esforços reformistas para conhecer melhor a Europa, foram estabelecidas escolas que ofereciam educação de modelo ocidental (Gül & Doğan, 2020). A modernização da educação otomana se desenvolveu por meio de iniciativas durante os séculos XVIII e XIX. Os esforços para estabelecer um sistema educacional de modelo ocidental, inicialmente voltados ao âmbito militar e posteriormente ampliados a diversos níveis civis, começaram durante o Período das Tulipas (1718–1730), no Império Otomano. Nessa época, o Estado começou a utilizar a imprensa, o que contribuiu para o desenvolvimento da vida comercial, cultural e artística. Após o Período das Tulipas, as escolas foram estabelecidas principalmente no setor militar. Com a ajuda de especialistas trazidos da Europa, os esforços de educação militar foram sistematizados. Essa transformação planejada ultrapassou a esfera militar, lançando também as bases para a modernização da vida civil (Ergün, 2001).

O Império Otomano iniciou a prática de enviar estudantes ao exterior como uma solução urgente para desenvolver os recursos humanos qualificados necessários às escolas modernas (Deveci, 2023). A primeira ocorrência se deu durante o reinado de Selim III, quando Ishak Bey foi enviado a Paris para estudar línguas estrangeiras. Como parte dos esforços reformistas para formar indivíduos bem preparados, o sultão atribuiu grande importância ao aprendizado das inovações diretamente em sua fonte e à obtenção de uma educação francesa. No entanto, esse


(cc) BY-NC-SA

processo não teve continuidade regular ou duradoura. A oposição do Corpo de Janízaros às reformas contribuiu significativamente para esse resultado. De fato, após a abolição do Corpo de Janízaros, a Sublime Porta intensificou os esforços para enviar estudantes à Europa. Em 1827, após a abolição do Corpo, 150 estudantes foram selecionados para estudar em Londres e Paris. Contudo, em razão dos debates que indicavam que essa prática imporia um ônus significativo ao orçamento do Estado, o número de estudantes foi reduzido para quatro (Ulu, 2014; İçke, 2018). Mahmud II, que aboliu o Corpo de Janízaros, pretendia estabelecer escolas militares e formar quadros capazes de transferir os conhecimentos e as práticas militares modernas do Ocidente para o Império Otomano. Tornou-se evidente que depender apenas de especialistas europeus era insuficiente. Consequentemente, para garantir a continuidade das atividades educacionais nas escolas de modelo ocidental, era necessário formar um corpo docente local qualificado. Em consonância com esse objetivo, estudantes foram enviados ao Ocidente para receber uma educação que os preparasse como professores qualificados para atuar nas escolas modernas (Çidem, 2017).

Durante o período Tanzimat (1839–1876), um grande número de estudantes foi enviado à Europa. Essa época representou um passo significativo em direção à civilização ocidental na educação. Foi promulgado o Regulamento da Educação Pública (Maarif-i Umumiye Nizamnamesi), que reconhecia a educação como uma responsabilidade fundamental do Estado (Discussion of educational reform, 1939). Com a publicação desse regulamento em 1869, o Império Otomano adotou um sistema educacional inspirado nos padrões ocidentais. Consequentemente, enquanto a organização militar de modelo ocidental era preservada, alcançou-se a modernização no direito, na arte e na literatura. Durante esse processo, numerosas escolas foram estabelecidas para formar funcionários públicos para a burocracia estatal (Ergün, 2001). Assim, o período Tanzimat testemunhou mudanças significativas nos currículos escolares e nas metodologias de ensino. Nesse sentido, foi uma época de transformação que facilitou o avanço do país em direção à civilização, particularmente na educação (Discussion of educational reform, 1939). No entanto, logo ficou evidente que a deficiência mais crítica das escolas modernas recém-criadas era a falta de educadores com sólidos conhecimentos ocidentais.

O quadro administrativo, ansioso por acompanhar os avanços técnicos, enfatizou a importância de que civis recebessem educação no exterior, juntamente com os estudantes (Erdoğan, 2010). Consequentemente, a prática de enviar estudantes ao exterior continuou até o fim do Império Otomano. Após o estabelecimento da República da Turquia, essa tradição foi


(cc) BY-NC-SA

mantida. Entre 14 de agosto e 27 de outubro de 1923, o Comitê de Ministros (İcra Vekilleri Heyeti) estabeleceu a política educacional por meio de um conjunto de doze princípios. Assim, a política educacional da jovem República se baseou nos princípios da unidade na educação, da especialização profissional, da igual ênfase em todos os níveis educacionais e da igualdade de gênero. Para ampliar as oportunidades educacionais das mulheres e atender à necessidade de professoras, foi priorizada a abertura de escolas secundárias femininas e de escolas de formação de professores. Essa política visava educar as crianças, elevar os níveis de alfabetização e de educação da população e desenvolver a força de trabalho qualificada de que o país necessitava. Em consonância com esse objetivo, decidiu-se apoiar estudantes de bom desempenho e com recursos financeiros limitados durante sua educação secundária e enviá-los à Europa para especialização (Akkor, 2022).

Apesar das dificuldades econômicas e dos diversos desafios enfrentados nos primeiros anos da República, estudantes continuaram sendo enviados ao exterior na medida em que os recursos permitiam. Entre 1925 e 1929, aproximadamente 500 estudantes foram financiados pelo Ministério da Educação Nacional para estudar no exterior. Durante o mesmo período, outras instituições estatais e municípios enviaram quase 200 estudantes adicionais à Europa para fins educacionais (Ulu, 2014). Essa participação de vários órgãos financiadores suscita a questão de como suas decisões eram coordenadas antes do marco jurídico comum adotado em 1929.

Além disso, ainda não havia sido estabelecido um marco jurídico unificado que abrangesse todas as instituições oficiais e regulamentasse tanto a seleção dos estudantes quanto seus processos educacionais no exterior. Para suprir essa deficiência, e em conformidade com a diretriz apresentada por Mustafa Kemal Pasha na tribuna parlamentar em 1º de novembro de 1928, decidiu-se elaborar uma lei que colocasse o envio de estudantes ao exterior sob a supervisão do Ministério da Educação Nacional. Nesse contexto, o projeto de lei intitulado "Sobre os estudantes a serem enviados a países estrangeiros" foi examinado pelo Conselho de Ministros em 19 de dezembro de 1928 e, posteriormente, submetido à Grande Assembleia Nacional da Turquia (TBMM). Composta por 23 artigos, a lei foi debatida e aprovada durante a sessão parlamentar de 8 de abril de 1929 (Akkor, 2022). Consequentemente, entrou em vigor com sua publicação no Diário Oficial em 16 de abril de 1929. A Lei nº 1416 estabeleceu os procedimentos de seleção dos estudantes a serem financiados no exterior. A legislação regulamentou os planos educacionais dos estudantes, os termos de compromisso de prestação de serviços que deveriam assinar e as condições em que poderiam ser convocados a retornar.


(cc) BY-NC-SA

Além disso, determinou a cobertura das despesas educacionais, a supervisão dos estudantes e os processos de sua posterior inserção profissional após a conclusão dos estudos. Também foram incorporadas disposições referentes a cláusulas penais e à inclusão, no âmbito dessa lei, de estudantes que viajavam ao exterior com recursos próprios (Law No. 1416, 1929).

Nos termos da Lei nº 1416, as competências, responsabilidades e atribuições dos inspetores designados para supervisionar os estudantes no exterior foram claramente definidas. Esses inspetores deveriam acompanhar de forma regular e contínua a situação dos estudantes que recebiam educação fora do país. Essa responsabilidade era exercida por uma comissão de inspeção composta por até quatro Inspetores de Educação (Maarif Müfettişi) e um inspetor da Diretoria-Geral das Fábricas Militares. Mediante solicitação das famílias, os inspetores estendiam a mesma supervisão aos estudantes que estudavam no exterior com recursos próprios ou com bolsas estatais. Os estudantes que tivessem praticado condutas prejudiciais à honra e à dignidade nacionais eram denunciados aos seus responsáveis, à embaixada turca no país de acolhimento e ao Ministério da Educação Nacional. A lei também introduziu disposições para estudantes que haviam ido ao exterior de forma independente, mas não conseguiam dar continuidade à sua educação. A inclusão desses estudantes — desde que demonstrassem bom desempenho em exames oficiais — entre os beneficiários de bolsas financiadas pelo Estado estava condicionada ao parecer favorável do inspetor. Além disso, para cobrir diversas despesas urgentes dos inspetores, um adiantamento de até três mil liras poderia ser concedido por decreto presidencial (Law No. 1416, 1929). Assim, com a promulgação dessa lei, foram estabelecidos os procedimentos e princípios que regiam o envio de estudantes ao exterior e definido um marco para sua implementação.

As áreas de estudo dos estudantes enviados ao exterior eram diversas e abrangentes. No entanto, a política de envio de estudantes se concentrava principalmente na formação de recursos humanos especializados em áreas profissionais e técnicas. O objetivo era desenvolver uma força de trabalho qualificada para atender às necessidades da indústria e da economia em desenvolvimento nos primeiros anos da República (Aslan, 2016). Em consonância com essa política, foram promulgados diversos decretos sobre a educação no exterior. Por decisão tomada em 7 de novembro de 1939, determinou-se que os estudantes de áreas científicas e técnicas enviados à Europa pelo Estado e por instituições a ele vinculadas deveriam retornar às suas escolas, independentemente do tempo que restasse para a conclusão de seus estudos. Entre os estudantes de áreas não científicas e técnicas, aqueles a quem faltava um ano para se formar receberam autorização para concluir os estudos. Por outro lado, os estudantes que estudavam


(cc) BY-NC-SA

no exterior por conta própria foram isentos dessa regulamentação (Akkor, 2022). À medida que a Segunda Guerra Mundial se intensificava rapidamente, o governo turco continuou adotando novas resoluções referentes aos estudantes no exterior. Nesse contexto, uma decisão de suspender o envio de novos estudantes à Europa foi aprovada pelo Conselho de Ministros (İcra Vekilleri Heyeti) em 20 de maio de 1940. Contudo, essa decisão não se aplicava aos estudantes que já cursavam seus estudos no exterior. De fato, os estudantes que retornaram da Alemanha, da Suíça e da Hungria para passar as férias de verão naquele mesmo ano receberam autorização para voltar aos países onde estudavam (Sertkaya & Yılmaz, 2016).

Com a intensificação da guerra, surgiram problemas relacionados à ocupação, à comunicação e à subsistência nos países em que os estudantes realizavam sua formação. Esses acontecimentos afetaram diretamente os processos e os resultados educacionais dos estudantes no exterior. Consequentemente, em resposta à deterioração das condições, o governo turco tomou as medidas necessárias para garantir o retorno seguro desses estudantes à sua terra natal. Ao longo desse processo, foram priorizadas a segurança dos estudantes e sua proteção contra possíveis perigos. Este estudo examina as atividades educacionais dos estudantes turcos enviados ao exterior entre 1929 e 1939 nos termos da lei intitulada “Sobre os estudantes a serem enviados a países estrangeiros”, bem como suas experiências durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), sua posterior repatriação e as condições para a retomada dos estudos na França noticiadas em 1946.

A questão norteadora é como o planejamento educacional, o apoio aos estudantes e a supervisão estatal foram geridos quando a guerra interrompeu os estudos no exterior. Partindo da discussão de Akkor (2022) sobre 1939–1940, o artigo relaciona os debates anteriores à guerra aos registros posteriores do período de guerra e à retomada da mobilidade. Conceição et al. (2020) examinam a mobilidade estudantil por meio da política de validação de diplomas, enquanto Caetano (2025) discute a internacionalização como uma missão institucional. Esses contextos distintos ajudam a situar a presente investigação histórica sobre as responsabilidades educacionais, sem equiparar seus arranjos de política pública.

## METODOLOGIA

O estudo utiliza análise histórica e revisão documental, com base em registros dos arquivos BCA e TDA, jornais da época e estudos históricos citados a seguir. A discussão distingue correspondência administrativa, comentários da imprensa e relatos publicados em


(cc) BY-NC-SA

jornais; estes últimos são materiais históricos, e não entrevistas realizadas para esta pesquisa. As fontes são interpretadas em relação às suas posições institucionais. Os episódios discutidos não constituem uma amostra representativa dos estudantes turcos nem estabelecem os efeitos gerais da política de educação no exterior.

## ESTUDANTES TURCOS FORMADOS NA EUROPA ÀS VÉSPERAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1929–1939)

Antes da Segunda Guerra Mundial, a Turquia financiava estudantes para estudar no exterior a fim de formar capital humano qualificado. Embora as fontes relatem nomeações bem-sucedidas, essa prática foi mantida apesar de diversos desafios e críticas.

Os desafios enfrentados pela força de trabalho qualificada enviada ao exterior durante o processo de modernização da Turquia, juntamente com as implicações sociais dessa situação, eram frequentemente examinados pelos intelectuais da época. Ahmet Şükrü argumentou que, em razão da falta de planejamento, a força de trabalho instruída era subutilizada e os graduados enfrentavam dificuldades de emprego e adaptação. Afirmou que o governo deveria implementar uma política planejada de educação no exterior (“Avrupa’da tahsil meselesi”, 1931).

Para superar esses desafios, considerava-se fundamental adaptar os conhecimentos adquiridos no exterior às condições nacionais. Citando o exemplo de Muzaffer Şerif, que estudou nos Estados Unidos, Behçet Kemal enfatizou que os jovens turcos formados na Europa deveriam, da mesma forma, nacionalizar os conhecimentos adquiridos para contribuir com o país (“Amerikan ruhiyatı”, 1933).

Os relatos da imprensa aqui discutidos defendiam uma política mais planejada e sistemática de envio de estudantes ao exterior, em substituição às práticas descoordenadas do Império Otomano nos períodos Tanzimat e Constitucional. Assim, argumentavam que o favorecimento deveria ser evitado na seleção de estudantes e que os candidatos deveriam ser cuidadosamente avaliados com base no talento, na moralidade e na lealdade ao país (“Avrupa’ya tahsile giden”, 1932). Além de priorizar essas qualidades na seleção dos estudantes, os intelectuais da época também discutiam a finalidade mais ampla da educação no exterior.

Ao criticar as deficiências no envio de estudantes à Europa, Sadri Ertem enfatizou que o objetivo principal não era obter um diploma, mas aprender a ética de trabalho ocidental. Por isso, argumentou que deveriam ser selecionados candidatos maduros e com personalidades bem


(cc) BY-NC-SA

desenvolvidas — indivíduos que não se tornariam alienados e que poderiam contribuir com o país (“Avrupa’da tahsil”, 1934).

Em seu artigo, Yunus Nadi enfatizou a inspeção e a supervisão dos estudantes turcos na Suíça, ressaltando que o acompanhamento desses estudantes deveria ser considerado uma prioridade nacional. Nadi afirmou ser essencial que o Estado supervisionasse os jovens que estudavam na Europa, tanto por canais oficiais quanto privados. Além disso, observou que o Japão acompanhava de perto os estudantes que enviava a empresas industriais estratégicas, como a fábrica de aviões Dornier, na Suíça. Destacando que esses estudantes trabalhavam com grande dedicação e se tornavam especialistas que moldariam a indústria aeronáutica ao retornar ao seu país, Nadi apresentou esse sistema disciplinado de acompanhamento como um modelo a ser seguido pela Turquia (“Avrupa’da okuyan Türk gençlerinin”, 1937).

Nesse contexto, o jornal Tan publicou uma série de artigos consecutivos centrados no tema de “como estamos perdendo a juventude turca”. Os artigos retratavam os jovens enviados ao exterior para estudar como indivíduos que se tornavam alienados nos sistemas sociais dos países que visitavam. Os comentaristas argumentavam que, ao retornar à Turquia, os estudantes turcos formados nos Estados Unidos e na Alemanha sentiam uma saudade crescente dos países onde haviam estudado, e discutiam o impacto psicológico desse fenômeno. Os artigos afirmavam que os jovens turcos frequentemente se sentiam mais americanos ou alemães do que turcos. Consequentemente, recomendava-se que, ao enviar estudantes à Europa ou à América para estudar, fossem cuidadosamente examinadas não apenas as condições acadêmicas e escolares, mas também os ambientes sociais e culturais dos países de destino (Sertel, 1939a).

Nos primeiros anos da República, o objetivo era aproveitar os estudantes enviados à Europa e aos Estados Unidos para o desenvolvimento do país. No entanto, surgiram críticas porque alguns estudantes buscavam uma formação que ultrapassava os objetivos inicialmente previstos ou eram empregados em áreas sem relação com sua especialidade, o que era visto como um desperdício de capital humano qualificado e de recursos públicos (Sertel, 1939b).

Segundo o autor, os jovens formados no exterior eram influenciados pelos ambientes estrangeiros e enfrentavam dificuldades para se adaptar à Turquia, resultando em uma perda significativa de capital humano. Uma carta enviada ao jornal Tan ilustrava essa questão por meio da experiência de um especialista que concluiu sua especialização nos Estados Unidos, mas enfrentou desafios como ser designado para trabalhar fora de sua área, receber baixos salários e deparar-se com a indiferença. Esse exemplo destaca os problemas no aproveitamento eficaz dos recursos humanos qualificados (“Tahsilden dönen gençlerimizi nasıl”, 1939).


(cc) BY-NC-SA

As questões levantadas pelo estudante destacam a desconexão entre mérito e emprego. O fato de um especialista considerar recorrer ao ensino fora de sua área exclusivamente por preocupações com a subsistência ilustra como o potencial dos jovens era desperdiçado. Esse relato sugere uma dificuldade no aproveitamento dos conhecimentos do especialista após seu retorno, sem estabelecer a experiência de todos os graduados que retornavam.

Os desafios acadêmicos e financeiros enfrentados durante os estudos no exterior exigiam medidas decisivas por parte do Estado e das instituições pertinentes. No início do período republicano, em razão da insuficiente proficiência em línguas estrangeiras dos egressos do ensino médio, os estudantes enviados à Europa precisavam passar por uma extensa formação linguística. Essa situação prolongava sua formação e adiava o retorno à terra natal. Consequentemente, o Ministério da Educação Nacional decidiu reformular profundamente os cursos de línguas estrangeiras no currículo do ensino médio e enviar estudantes a países onde se falasse a língua estrangeira que já conheciam ("Lisans dersleri", 1931).

Em uma petição dirigida ao Ministério das Relações Exteriores (Hariciye Vekâleti), um estudante chamado Musa Yıldız, que desejava estudar nos Estados Unidos, detalhou sua experiência, afirmando que não conseguia obter um visto devido à insuficiente proficiência em inglês. Inicialmente, Yıldız solicitou um visto ao Consulado dos Estados Unidos, mas foi informado de que precisava obter admissão em uma universidade americana. Após se matricular em uma universidade nos Estados Unidos, Yıldız foi informado pelo consulado de que precisava saber inglês o suficiente para, ao menos, se expressar. Quando melhorou sua proficiência linguística até o nível especificado e apresentou uma nova solicitação, deparou-se com outro obstáculo: seu pedido de visto foi novamente rejeitado, dessa vez porque precisava ter proficiência completa em inglês (TDA, 502/23781-103735-1). A experiência de Yıldız demonstra que buscar uma formação no exterior envolve mais do que apenas obter admissão; os procedimentos de visto também são um fator crítico que afeta diretamente os planos educacionais dos estudantes. As exigências progressivamente mais rigorosas da solicitação revelam que o processo burocrático gerava uma incerteza significativa para os estudantes.

Durante o processo de envio de estudantes ao exterior, também foram encontrados problemas decorrentes de procedimentos burocráticos e de exames de saúde. Após a queixa de Baha Bey sobre contradições entre diferentes laudos médicos, o Ministério da Educação Nacional iniciou uma investigação sobre o assunto ("Bir talebenin şikâyeti", 1933).

Os desafios administrativos no processo de seleção de candidatos não eram as únicas dificuldades enfrentadas pelas organizações responsáveis pela educação no exterior. Os


(cc) BY-NC-SA

estudantes enviados ao exterior para fins educacionais também encontravam diversos problemas administrativos, práticos e disciplinares nos países de acolhimento. Em resposta a esses problemas e à falta de supervisão adequada, o Ministério das Relações Exteriores (Hariciye Vekâleti) implementou um novo conjunto de medidas administrativas em 5 de maio de 1938. Segundo essas decisões, os estudantes deveriam aceitar a supervisão de inspetores estudantis, enviados diplomáticos ou cônsules durante toda a sua formação. Além disso, determinou-se que as partidas e os retornos dos estudantes fossem comunicados às inspetorias e aos consulados pertinentes. As autorizações de câmbio seriam concedidas apenas com a aprovação de inspetores e cônsules, e a destinação de moeda estrangeira aos estudantes que reprovassem em quatro semestres consecutivos seria encerrada. Por fim, os consulados foram incumbidos de atender aos estudantes nos feriados nacionais e informar às famílias a situação dos estudantes sem êxito nos estudos (BCA/30.18.1.2.8.3.38.3). Essas medidas ilustram o compromisso do Estado com o fortalecimento dos mecanismos de supervisão disciplinar e administrativa dos estudantes no exterior.

Além disso, durante sua formação no exterior, os estudantes enfrentavam diversas dificuldades que não eram apenas administrativas e disciplinares, mas também econômicas. Uma dessas questões decorreu do acordo de compensação entre a Turquia e a Áustria. Devido aos obstáculos resultantes desse acordo, os estudantes na Áustria não conseguiam receber suas bolsas e auxílios. Esse problema foi comunicado ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Economia, acompanhado de um pedido de solução. Para resolvê-lo, os ministérios pertinentes iniciaram tratativas com o governo austríaco. Foram tomadas medidas para garantir que o Banco Central da Áustria concedesse crédito até que recursos suficientes pudessem ser disponibilizados (TDA, 506/42740-192979-23). Essa questão, resultante do acordo de compensação, demonstra que a educação dos estudantes no exterior não podia ser conduzida independentemente das relações econômicas entre os Estados. Além disso, o acompanhamento conjunto do processo pelos ministérios e pelo Banco Central indica que a política de estudantes no exterior era gerida por meio de coordenação centralizada.

Para atender à demanda crescente por conhecimentos especializados durante a era republicana, a Companhia Nacional de Resseguros financiou estudantes para estudar na Europa, visando formar profissionais e promover o setor de seguros nacional em todo o país (“İş Kanunu’nun tatbiki”, 1935). Como parte do planejamento financeiro e setorial das políticas educacionais, a Câmara de Comércio e Indústria exigia cartas de compromisso dos estudantes que enviava à Europa. Segundo esse acordo, os estudantes eram obrigados a pagar à câmara


(cc) BY-NC-SA

10% de seus rendimentos após o retorno (“Avrupa’ya tahsile gönderilecek”, 1935). Para os estudantes enviados à Alemanha com o objetivo de desenvolver a indústria açucareira nacional, a duração dos estudos foi fixada em quatro anos, incluindo um ano de estágio (“Şekercilik kimyagerliği”, 1937). Iniciativas semelhantes, destinadas a formar uma força de trabalho qualificada por meio da educação profissional, também foram observadas no setor da saúde.

O Estado também realizou avanços significativos na saúde. A senhorita Kef, uma americana nomeada diretora da Escola de Formação de Enfermeiras (Hastabakıcı Mektebi), administrada pelo Crescente Vermelho Turco (Kızılay), viajou aos Estados Unidos para adquirir materiais para a escola. Ao retornar, trouxe consigo duas jovens turcas que haviam concluído sua formação nos Estados Unidos. Além disso, duas turcas, Hayriye e Makbule, que haviam sido enviadas a Viena pela administração da escola para formação em enfermagem, juntamente com outra turca enviada a Budapeste, retornaram após concluir seus estudos. Desde sua criação, a Escola de Formação de Enfermeiras havia formado um total de 102 enfermeiras. As egressas atuavam com êxito em hospitais por todo o país (Report on returning nurses, 1936). Assim, a política de formação de uma força de trabalho qualificada na Escola de Formação de Enfermeiras ultrapassava a educação nacional e era reforçada por programas de formação no exterior.

Durante esse período, o Estado enviava sistematicamente estudantes à Europa para atender à necessidade de pessoal qualificado do país. Além de Salâhattin İnal, que concluiu sua formação em silvicultura em Viena, delegações de estudantes foram enviadas pelo Ministério da Agricultura à Alemanha para estudar engenharia hidráulica e à Hungria para o manejo de prados. Da mesma forma, o departamento de mapeamento enviou estudantes para estudar áreas técnicas, como cartografia e engenharia naval (“Avrupa’ya tahsile gidecek”, 1937).

Como parte dos preparativos para o Instituto de Pedagogia cuja abertura estava prevista em Istambul, a nomeação de Refia Uğur — que havia estudado na Europa — como assistente do instituto indica que especialistas formados no exterior estavam ativamente envolvidos no estabelecimento de novas instituições educacionais (“Pedagoji Enstitüsü”, 1937). Práticas semelhantes relativas ao aproveitamento de especialistas formados no exterior no serviço público também foram observadas em outras áreas. Nesse contexto, Avni, Bahri e Ferid Beys, que haviam sido enviados a Paris algum tempo antes pelo Ministério de Obras Públicas (Nafia Vekâleti) para se especializar em operações de telégrafo e telefonia, retornaram ao país após concluir a formação e foram nomeados para cargos de chefia e direção nas administrações de telefonia de Istambul e Beyoğlu (“Telefon işleri”, 1938).


(cc) BY-NC-SA

A Turquia enviava estudantes à Europa de forma consistente e sistemática para desenvolver os recursos humanos qualificados necessários nas áreas técnicas, acadêmicas e administrativas. Um exemplo concreto dessa política é a nomeação, para a Faculdade de Ciências, de três egressos da Escola Secundária de İzmir que haviam concluído sua formação na França e retornado ao país. Nesse contexto, Halid foi nomeado assistente em química, Macid em astronomia e Besim em física experimental ("Tahsilden dönen gençlerimiz", 1938). Nos anos seguintes, estudantes que concluíam sua formação na Europa continuaram retornando ao país para assumir as funções que lhes eram atribuídas (Report on graduates returning, 1939). Essas nomeações ilustram como a educação no exterior podia fornecer pessoal para os setores técnicos, acadêmicos e administrativos. Indicam um alinhamento com os objetivos de desenvolvimento nos casos descritos, sem estabelecer a eficácia geral da política.

## ESTUDANTES TURCOS FORMADOS NA EUROPA DURANTE E APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939–1946)

Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os estudos dos estudantes turcos na Europa foram gravemente interrompidos, tornando sua repatriação uma prioridade crucial diante das crescentes preocupações com a segurança.

Com o surgimento da ameaça de guerra na Europa, grandes delegações de estudantes turcos — incluindo tanto bolsistas financiados pelo Estado quanto por empresas privadas — localizadas em países como França, Suíça, Reino Unido e Alemanha foram rapidamente evacuadas por via férrea e trazidas de volta à Turquia ("Almanya'dan dönen talebeler", 1939).

O Estado avaliou a situação dos estudantes no exterior em meio às dificuldades causadas pela guerra. A Embaixada da Turquia em Roma informou que, em razão da tensa situação política e militar na Itália, alguns estudantes turcos que estudavam em Roma desejavam retornar à terra natal e haviam procurado a embaixada com esse objetivo. Em um telegrama, a embaixada solicitou instruções ao ministério sobre como responder a esses estudantes e quais procedimentos seguir (TDA, 541/44226-210239-39). Inicialmente, o governo tomou diversas decisões para receber informações regulares dos estudantes no exterior e estabelecer bases mais seguras para sua formação. Assim, solicitou-se aos estudantes que retornassem ao país ao concluir seus estudos até o fim do ano letivo. Além disso, foram dadas instruções para que os estudantes continuassem sua formação em áreas distantes da ameaça de guerra ou retornassem imediatamente, caso isso não fosse possível. Para cobrir as despesas dos estudantes, um auxílio de 6.800 liras foi destinado a partir do orçamento de 1939, e as necessidades subsequentes


(cc) BY-NC-SA

seriam atendidas pelo orçamento de 1940. Também foi aprovada uma decisão de suspender o envio de estudantes a países estrangeiros (TDA, 508/44325-211449-2). Embora tenha sido adotada uma política contrária ao envio de estudantes ao exterior em razão das condições de guerra, a sustentabilidade dessa prática logo se tornou objeto de debate.

Uma das decisões tomadas durante os anos de guerra foi ajustar os valores mensais das bolsas dos estudantes enviados ao exterior com base nas condições e no custo de vida dos respectivos países de acolhimento, como Alemanha, França, Reino Unido e Estados Unidos ("Yabancı memleketlerdeki talebeye", 1940). Nesse contexto, em 26 de maio de 1943, o Ministério das Relações Exteriores enviou um telegrama à Embaixada da Turquia em Roma, perguntando sobre as despesas mensais correntes de subsistência de um estudante na Itália. Essa correspondência foi motivada pela consideração, pelo Ministério da Educação Nacional, da possibilidade de incluir um estudante turco que custeava seus próprios estudos em Roma no programa de bolsas estatais. Assim, o Ministério solicitou informações detalhadas sobre as despesas mensais de educação e subsistência de um estudante na Itália (TDA, 581/87992-320679-42). O telegrama de resposta de Roma informou que as condições de vida na Itália haviam se tornado extremamente difíceis devido à guerra. Observou-se que as pessoas batiam às portas umas das outras pela manhã, propondo trocas como "Você tem um pedaço de pão? Trocaria por 100 gramas de azeitonas?". Além disso, afirmou-se que prever a taxa de inflação no país era quase impossível e que até mesmo os diplomatas enfrentavam dificuldades para se sustentar. A embaixada informou que epidemias se espalhavam e que tanto estrangeiros quanto italianos, temendo a perda de água e eletricidade, fugiam do país. Enfatizando que a educação havia se tornado uma mera formalidade devido ao colapso da ordem econômica e social, a embaixada recomendou que, caso houvesse planos de enviar novos estudantes à Itália, fossem adiados para um momento mais apropriado (TDA, 581/87992-320679-41).

Embora tenha sido recomendado adiar o envio de novos estudantes à Itália, continuaram as solicitações individuais daqueles que desejavam estudar no exterior. No entanto, especificou-se que, para obter admissão definitiva no curso de quatro anos de Arquitetura Naval e Engenharia Marinha e determinar a situação acadêmica do candidato, os estudantes deveriam apresentar seus históricos escolares e outros documentos oficiais exigidos. Além disso, afirmou-se que a admissão ao Grupo de Oficiais Navais, de caráter militar, dentro do departamento, não parecia possível devido à nacionalidade estrangeira do candidato (TDA, 502/23249-101724-10).


(cc) BY-NC-SA

Após a ocupação da Bélgica, que estava entre as nações Aliadas, o governo turco solicitou que os estudantes turcos transferidos da Bélgica para a França fossem retirados das zonas de guerra para continuar sua formação em regiões mais seguras. Se isso se mostrasse impossível, o governo instruiu as embaixadas pertinentes a providenciar o retorno dos estudantes à Turquia sem demora (TDA, 508/44325-211449-2). Assim, como a França foi designada como o principal ponto de partida para os estudantes na Bélgica, eles conseguiram atravessar a fronteira francesa por algum meio ("Fransa'dan dönen", 1940; "Liyej ve Bürüksel'deki", 1940).

Aproximadamente 70 estudantes turcos que estudavam na Bélgica e pretendiam retornar à Turquia pela França inicialmente buscaram asilo na França em razão das medidas preventivas implementadas pelo governo. Entre esses estudantes estavam Cemal Uluand e Suat Yasa, que estudavam em Liège, na Bélgica, por conta do Sümerbank e também retornaram à Turquia. Partindo a pé, alguns desses estudantes foram submetidos a bombardeios alemães nas proximidades de Bruxelas. Para sobreviver às bombas que caíam, abrigaram-se em valas às margens das estradas ("Belçika'dan on talebe", 1940). Ao mesmo tempo, o destino de um grupo separado de cinco estudantes que partiu da Bélgica foi revelado pouco depois ("Fransa'dan dönen", 1940). O Dr. Sacit Sarper, Adido Comercial em Berlim, informou que esses cinco estudantes haviam enviado uma carta à embaixada. Indicou-se que os estudantes, que haviam atravessado da Bélgica para os Países Baixos, informaram a embaixada sobre sua repatriação. Contudo, não podiam entrar na Alemanha porque as rotas entre a Alemanha e os Países Baixos estavam fechadas devido ao transporte militar. A esse respeito, a Embaixada da Turquia em Berlim continuou seus esforços diplomáticos junto ao Ministério das Relações Exteriores alemão ("Harp sahasında", 1940).

Sarper compartilhou as seguintes informações sobre a situação dos estudantes turcos na Europa:

> Não há motivo para preocupação quanto à situação de nossos estudantes que permanecem na Bélgica e nos Países Baixos. Todos poderão retornar em breve aos seus países de origem. Centenas de nossos estudantes continuam sua formação em diversas regiões da Alemanha. Todos estão em boas condições de saúde e recebem regularmente carne assada e outras provisões que lhes são enviadas. Não há motivo para interromperem sua formação. Nossa embaixada acompanha de perto e com atenção o bem-estar de todos os nossos estudantes. ("Harp sahasında", 1940)


(cc) BY-NC-SA

Lamia Gerede, esposa do Embaixador da Turquia em Berlim, Hüsrev Gerede, afirmou que os estudantes continuavam sua formação. Observou que os estudantes se reuniam semanalmente no clube, com a participação do embaixador, e recebiam jornais nacionais. Além disso, explicou que os estudantes matriculados em escolas cujos professores haviam sido convocados para o serviço militar foram transferidos para outras instituições ("Harp sahasında", 1940).

Os estudantes cuja entrada da Bélgica na Alemanha havia sido negada retornaram à Turquia pela França. Informou-se que seus colegas que permaneceram estavam em boas condições ("Dün şehrimize", 1940). Um segundo grupo, composto por 10 estudantes, atravessou a fronteira francesa a pé ou por diversos meios de transporte e, posteriormente, chegou em segurança à Turquia em trem convencional. Esse grupo incluía Şakir Ulusoy, Emin Ulusoy, Seyfi Budak, Saffet Orhonoğlu, Reşat Tanersoy, Hüsnü Ergenç, Adnan Erkmenol, Kenan Boysan, Nizamettin Ergil e Hayri Boylu. Hüsnü Ergenç partiu a pé de Bruxelas e foi frequentemente atacado por aviões alemães durante a viagem. Ao chegar à fronteira, os estudantes foram transportados a Paris em caminhões militares franceses. Após concluir os procedimentos de passaporte na cidade, partiram de trem para a Turquia ("Belçika'da tahsilde", 1940).

Em meio às condições de guerra, os estudantes turcos enfrentaram um exaustivo processo de repatriação, deparando-se não apenas com bombardeios aéreos, mas também com obstáculos burocráticos e restrições de visto ("Belçika'da tahsilde", 1940).

Burhan Işın, Primeiro-Secretário da Embaixada em Bruxelas, e Cemil Vafi, Chefe de Assuntos Administrativos, que haviam atravessado para a França com o primeiro grupo durante a invasão da Bélgica, retornaram ao país por Paris no Simplon Orient Express. Retornavam a Ancara em razão de uma designação da administração central. Em resposta às perguntas dos pais sobre a situação de seus filhos na Bélgica, afirmaram: "Não há notícias negativas sobre os estudantes que não deixaram a Bélgica. No entanto, como toda a comunicação e o transporte entre a Bélgica e a França foram interrompidos após a ocupação, não conhecemos plenamente a situação atual de nossos estudantes" ("Dün sabah Avrupa'dan", 1940).

O relato jornalístico citado descreve famílias que aguardavam ansiosamente notícias positivas e criticavam o Embaixador em Bruxelas, Nebil Batı, particularmente diante do fato de alguns estudantes terem sido obrigados a fugir a pé. A reportagem criticava o fato de que o embaixador, que viajou à França e posteriormente a Istambul após a invasão da Bélgica, não havia agido como um capitão em um navio que afundava durante esse período crítico,


(cc) BY-NC-SA

priorizando sua própria segurança em detrimento da dos estudantes. Nesse relato, Nebil Batı foi acusado de negligência e alvo de críticas (“Belçika’daki talebemiz”, 1940).

Também foram tomadas medidas para facilitar o retorno coletivo dos 33 estudantes que permaneciam na Bélgica. Nesse contexto, as iniciativas empreendidas pela Embaixada em Berlim em favor dos estudantes foram bem recebidas pela Alemanha, que se comprometeu a ajudar. Consequentemente, os estudantes na Bélgica receberam autorização para permanecer nas pensões onde anteriormente residiam. Aqueles cujos procedimentos de passaporte haviam sido concluídos foram transportados à Alemanha em caminhões militares. Os estudantes retornaram então da Alemanha à Turquia em trens convencionais (“Liyej ve Bürüksel’deki”, 1940).

Com a expansão da guerra na Europa, três estudantes turcos que estudavam na Suíça retornaram à terra natal. Segundo as informações fornecidas por esses estudantes, as mulheres assumiram todas as responsabilidades deixadas pelos homens convocados para o serviço militar na Suíça. Além disso, algumas mulheres chegaram a vestir uniformes militares e começaram a treinar (“İsviçre’den”, 1940). Entre os estudantes que estudavam na Suíça, İbrahim Serpil, Vedat Erim, Mustafa e Hasan Kefeli retornaram à Turquia. O principal motivo pelo qual esses estudantes deixaram sua formação superior incompleta e retornaram ao país foi a convocação dos docentes de suas universidades para o serviço militar como parte da mobilização geral (“Dün sabah gelenler”, 1940).

Os estudantes turcos na França, por sua vez, estavam sob a supervisão da embaixada. Uma dotação de 100.000 francos foi destinada à embaixada para facilitar seu retorno à Turquia, caso necessário (“Fransa’dan dönen”, 1940). Os estudantes foram informados de que estavam livres para retornar à Turquia e, consequentemente, alguns começaram a fazer os preparativos de viagem (“Belçika’da tahsilde”, 1940). Em entrevista aos jornais, um estudante que retornava da França relatou que a população francesa permanecia calma e que as mulheres francesas, em particular, trabalhavam com esforço extraordinário — chegando a passar noites sem dormir — para oferecer alojamento aos refugiados que chegavam (“Fransa’dan dönen”, 1940). Passageiros que retornavam da França indicaram que um ambiente tranquilo predominava na região. Embora a população não desejasse a guerra, mantinha a compostura para preservar um ambiente de serenidade.

Embora a Embaixada em Paris oferecesse apoio, o avanço da guerra complicou a evacuação dos estudantes turcos na França. Os atrasos no retorno dos estudantes levaram a críticas à política governamental de evacuação (“Avrupa’daki talebelerimiz”, 1940).


(cc) BY-NC-SA

Durante a guerra, queixas oficiais acusaram alguns estudantes turcos de recusar orientações, permanecer em Paris e se envolver em atividades irregulares (BCA, 30.10.0.0/142.14.9). Embora o Cônsul-Geral em Paris enfrentasse dificuldades em meio a essas queixas e aos problemas de coordenação, os problemas não tinham origem exclusivamente nos estudantes. Os pedidos oficiais de autorização daqueles que desejavam continuar sua formação apesar das condições de guerra eram considerados problemáticos pelas autoridades, que temiam que pudessem abrir um precedente para outros estudantes. De fato, em 5 de novembro de 1940, uma carta de autorização especial do Gabinete do Primeiro-Ministro chegou à Embaixada da Turquia em Paris, confirmando que Abdulkadir Oğuz, que estudava em Toulouse, poderia permanecer na França; contudo, a embaixada recebeu essa autorização de forma negativa. Em um telegrama enviado ao Ministério das Relações Exteriores, afirmou-se que tais autorizações especiais aumentariam o número de estudantes que não desejavam retornar à Turquia e criariam uma tendência negativa entre os jovens. Consequentemente, solicitou-se que nenhum novo estudante fosse enviado à França por um período (TDA, 525/37969-154147-53).

Zekeriya Sertel criticou os estudantes no exterior por interromperem sua formação devido à falta de supervisão, descrevendo isso como um desperdício de recursos humanos e financeiros. Em contrapartida, Rauf Orbay iniciou esforços para repatriar os estudantes que não conseguiam continuar sua formação (“Londra Halkevi”, 1943).

À medida que o governo de Berlim se tornava cada vez mais relutante em aceitar cidadãos estrangeiros dentro de suas fronteiras, estrangeiros individualmente — e, posteriormente, grupos de estudantes turcos que ali residiam — começaram a retornar ao país de origem (“Almanya’dan Türkler”, 1939). A repatriação dos estudantes da Alemanha se acelerou, particularmente em razão dos acontecimentos políticos e militares surgidos durante o período de guerra. Segundo os relatos daqueles que retornaram, os turcos na Alemanha eram submetidos a maus-tratos. Os estudantes, que anteriormente haviam sido tratados como “irmãos”, relataram que, recentemente, as autoridades alemãs haviam adotado a posição de que “estrangeiros não podem mais trabalhar nas fábricas” (Report of mistreatment, 1939). No entanto, a Embaixada da Turquia em Berlim caracterizou as alegações de maus-tratos a estudantes na Alemanha como infundadas. O relatório oficial afirmou que tensões e incidentes jurídicos isolados entre estudantes não refletiam as políticas gerais dos governos. Além disso, observou que a Embaixada da Turquia e a Inspetoria de Estudantes haviam tomado as medidas necessárias para evitar possíveis disputas e conflitos (TDA, 501/32162-127639-1).


(cc) BY-NC-SA

Em um telegrama enviado pela Embaixada da Turquia em Berlim ao Ministério das Relações Exteriores, foram relatadas numerosas queixas referentes aos estudantes turcos em Berlim. As queixas alegavam que os estudantes negligenciavam seus cursos e responsabilidades, passando o tempo em devassidão e ociosidade na companhia de jovens mulheres. A Embaixada solicitou a convocação imediata de retorno daqueles que não cumpriam suas obrigações acadêmicas. Além disso, solicitou-se assistência oficial do governo para enfrentar os problemas contínuos de indisciplina e falta de coordenação (BCA, 30.10.0.0/142.14.8). Essas queixas refletem a preocupação da Embaixada com a supervisão dos estudantes e as relações com a Alemanha; não estabelecem um padrão geral de comportamento estudantil.

Com a intensificação da guerra, a Turquia mobilizou esforços para garantir o retorno seguro dos estudantes no exterior, organizando comboios para trazer os estudantes na Alemanha de volta à terra natal. No entanto, devido à mobilização e às restrições de transporte, os estudantes enfrentaram desafios significativos durante a viagem de retorno.

A ruptura do ambiente de paz na Alemanha também afetou os processos de obtenção de vistos dos estudantes turcos que ali residiam, causando-lhes dificuldades significativas. Em um telegrama enviado pela Embaixada da Turquia em Berlim ao Ministério das Relações Exteriores em 2 de outubro de 1940, foram detalhados os desafios enfrentados por estudantes e cidadãos na obtenção de vistos — tanto na Alemanha quanto em outros países estrangeiros. A Embaixada em Berlim solicitou assistência oficial ao Ministério das Relações Exteriores para resolver essas questões. Como resultado dos esforços diplomáticos empreendidos, o problema dos vistos foi resolvido com êxito, e nenhum cidadão turco permaneceu à espera de visto na Alemanha (TDA, 508/44325-211448-2).

A questão dos vistos não era o único problema enfrentado pelos estudantes. A interrupção dos canais de comunicação devido à guerra ocasionalmente cortava seu contato com as famílias. Nesses casos, o Ministério das Relações Exteriores desempenhava um papel ativo. Em um telegrama enviado ao Consulado de Burgas, na Bulgária, observou-se que Hatice Ağaş, de quem a família não recebia notícias, estava em boas condições de saúde e continuava sua formação em Heidelberg, embora não recebesse dinheiro de sua família havia algum tempo. Informou-se que a assistência necessária lhe seria prestada e que seu retorno ao país seria organizado juntamente com o de outros estudantes que retornavam da Alemanha (TDA, 502/23781-103735-2). Uma situação semelhante envolveu Hasan Mumcu. Sobre Hasan Mumcu, que estudava na Alemanha, um telegrama do Ministério das Relações Exteriores à


(cc) BY-NC-SA

Província de Niğde afirmou que Mumcu continuava seus estudos na cidade alemã de Freiberg e estava em boas condições de saúde (TDA, 501/322267-129139-1).

Em 1945, Nihayet Erkman, inspetor de estudantes em serviço na Alemanha, chegou a Istambul a bordo do navio de bandeira sueca Drottningen, acompanhado de um total de 88 estudantes. Erkman forneceu as seguintes informações:

> Chegaram oitenta e oito estudantes. Quarenta deles receberam seus diplomas de engenharia, e seis concluíram seus doutorados. Os demais ainda não concluíram sua formação. Infelizmente, um de nossos estudantes foi morto durante os bombardeios de Dresden. Também não recebemos notícias de 11 estudantes, que consideramos desaparecidos. Provavelmente, não souberam de nossa partida. Não há serviços de telefone ou telégrafo disponíveis para que informem sua localização. Além disso, 117 de nossos estudantes que não retornaram neste navio atravessaram para a Suíça. (Report on Turkish students returning, 1945, p. 3)

Segundo os relatos dos estudantes, a vida civil estava paralisada em meio à turbulência política em Berlim. Relataram que sirenes de bombardeio soavam ininterruptamente todas as noites, obrigando a população alemã a buscar continuamente refúgio em abrigos subterrâneos devido aos ataques de aviões britânicos. Dresden, descrita predominantemente como uma cidade estudantil, foi completamente reduzida a ruínas pelos bombardeios. Também se relatou que os estudantes turcos ali estabeleceram um clube chamado Altay (Report on Turkish students returning, 1945). Segundo os relatos, a viagem de trem do comboio até o Porto de Gotemburgo, na Suécia, durou 40 dias, durante os quais se alimentaram principalmente de batatas. Ao chegar ao porto de Gotemburgo, a banda da Cruz Vermelha recebeu o grupo tocando o Hino Nacional Turco, e enfermeiras da Cruz Vermelha distribuíram doces e chocolates aos estudantes. O navio então navegou por Gibraltar até a costa do Norte da África e, posteriormente, até Porto Said, antes de finalmente atracar em Istambul ((Report on Turkish students returning, 1945).

Entre as evacuações coletivas, 68 estudantes foram repatriados da Alemanha e da Suíça. Esses estudantes retornaram ao país a partir da França a bordo do navio Cumhuriyet. O mesmo navio também transportou o cortejo fúnebre de Yunus Nadi Abalıoğlu, proprietário e editor-chefe do jornal Cumhuriyet. Os estudantes prestaram suas homenagens a Nadi, que havia falecido no hospital em que era tratado na Suíça (“Vatan topraklarına”, 1945; “141 talebemiz”, 1945; “Cumhuriyet vapuru Marsilya’dan”, 1945; “Cumhuriyet vapuru ile”, 1945).


(cc) BY-NC-SA

**Figura 1.**
*Passageiros e estudantes chegando a bordo do navio Cumhuriyet*




*Nota*. Cumhuriyet (1931).

O navio Cumhuriyet, além de evacuar os estudantes, também transportou o funeral de Yunus Nadi de volta à Turquia. Os estudantes que retornavam da Europa observaram de perto a destruição, a fome e as dificuldades causadas pela guerra.

Segundo a reportagem do Tan, a regulamentação anunciada em 1944 buscava centralizar a seleção, o planejamento educacional e a supervisão dos estudantes turcos no exterior sob o Ministério da Educação Nacional. Determinou-se que os estudantes se registrassem junto aos inspetores, cumprissem as normas e pudessem ser convocados a retornar à terra natal quando necessário ("Ecnebi memleketlerde", 1944). Além disso, uma reportagem do Ulus de 11 de outubro de 1946 descreveu condições específicas para os estudos financiados com recursos próprios na França. Assim, apenas aqueles que haviam concluído o ensino superior na Turquia e desejavam se especializar, aqueles que haviam interrompido sua formação devido à guerra e retornado à Turquia e aqueles que buscavam estudar áreas técnicas não disponíveis no país receberam autorização para ir à França por conta própria ("Tahsil için Fransa'ya", 1946).

Lidos em conjunto, esses relatos relacionam o planejamento educacional a responsabilidades que ultrapassam a seleção de estudantes. As bolsas, os trâmites de visto e a inserção profissional afetavam as condições para concluir os estudos e utilizar as qualificações após o retorno. As dificuldades de pagamento na Áustria e a correspondência sobre os custos de vida na Itália mostram a importância da coordenação entre autoridades educacionais e diplomáticas. Assim como Conceição et al. (2020) distinguem as medidas de política pública


(cc) BY-NC-SA

dos padrões de mobilidade observados, a regulamentação de 1944 deve ser igualmente distinguida das evidências de implementação. A perspectiva institucional de Caetano (2025) sustenta o exame dessas responsabilidades entre instituições, permanecendo essenciais as diferenças históricas entre os casos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segunda Guerra Mundial é descrita nas fontes como um período de graves rupturas para os estudantes turcos que cursavam o ensino superior na Europa, marcado por trajetórias acadêmicas interrompidas, comprometimento da segurança pessoal e retorno forçado ao país. Documentos de arquivo e entrevistas da época publicadas em jornais como *Tan, Akşam* e *Son Telgraf* revelam que esses estudantes não eram meros evacuados passivos, deslocados por meio de esforços diplomáticos; ao contrário, atuaram como observadores que testemunharam a vida cotidiana, as transformações sociais e a devastação da Europa em guerra. Por meio das lembranças desses estudantes que retornavam, o público turco foi informado sobre realidades sociais como a militarização das mulheres na Suíça, a implementação do racionamento na Alemanha e a destruição de centros educacionais como Dresden.

Durante o processo, queixas oficiais sobre estudantes que permaneciam em centros ocupados, como Paris, descreveram desafios significativos para as autoridades oficiais, incluindo o Consulado-Geral em Paris e a Embaixada em Berlim, que administravam a burocracia da evacuação. Além disso, os esforços dos candidatos a mestres de ofício enviados à Inglaterra para se tornarem “acadêmicos ou doutores”, desviando-se de seu objetivo original, suscitaram debates sobre o “desperdício de recursos humanos e materiais limitados” durante aquele período, conforme conceituado por Zekeriya Sertel. Essas disputas são relevantes para compreender as tensões entre continuidade educacional e controle administrativo durante a crise, sem sustentar uma caracterização psicológica geral dos estudantes.

Nesse contexto, uma diretriz noticiada em 1944 propôs mudanças na supervisão dos estudantes; o material citado não estabelece que as experiências da guerra tenham causado diretamente a reforma. Conforme descrito na imprensa, essa regulamentação colocou todos os estudantes que viajavam ao exterior – em caráter privado ou oficial – sob a supervisão absoluta do Ministério da Educação Nacional e de seus inspetores, representando um esforço para reafirmar a autoridade estatal sobre seus recursos humanos no exterior. A carga simbólica do navio Cumhuriyet, que transportava tanto estudantes que fugiam da guerra quanto os restos


(cc) BY-NC-SA

mortais de Yunus Nadi — uma das figuras de destaque na história da imprensa —, ilustra claramente o quanto esse período foi dramático e transformador para a história do esclarecimento e da educação na Turquia.

O caso contribui, assim, para a história da política educacional e da gestão da mobilidade estudantil internacional. Suas conclusões permanecem limitadas pela abrangência e pelas perspectivas dos documentos; a implementação das normas noticiadas e os resultados de longo prazo dos graduados exigem evidências adicionais.


(cc) BY-NC-SA

## REFERÊNCIAS

141 talebemiz dün Avrupa'dan döndü. (1945, August 21). *Tan*, p. 2.

*[Administrative measures concerning students abroad]*. (n.d.). (BCA, 30.18.1.2.8.3.38.3). Cumhuriyet Arşivi, Türkiye.

Akkor, N. (2022). İkinci Dünya Savaşı döneminde Avrupa'da eğitim alan Türk öğrenciler (1939–1940) [Turkish students studying in Europe during the Second World War (1939–1940)]. *Vakanüvis - Uluslararası Tarih Araştırmaları Dergisi, 7*(Special issue: Dr. Mahmut Kırkpınar'a Armağan), 1244–1291. https://doi.org/10.24186/vakanuvis.1209918

Almanya'dan dönen talebeler. (1939, October 5). *Cumhuriyet*, p. 2.

Almanya'dan Türkler geliyorlar. (1939, August 31). *Tan*, p. 3.

Amerikan ruhiyatı. (1933, July 15). *Hâkimiyet-i Milliye*, p. 4.

Aslan, C. (2016). Cumhuriyetin erken döneminde yurt dışına eğitim bilimleri alanından öğrenci gönderilmesi (1923–1940) [Sending students abroad in educational sciences in the early Republic (1923–1940)]. *Turkish Studies, 11*(3), 201–220. https://doi.org/10.7827/TurkishStudies.9135

Avrupa'da okuyan Türk gençlerinin kontrolü meselesi. (1937, June 20). *Cumhuriyet*, pp. 1, 7.

Avrupa'da tahsil meselesi. (1931, July 29). *Milliyet*, p. 1.

Avrupa'da tahsil. (1934, September 11). *Vakit*, p. 3.

Avrupa'daki talebelerimiz. (1940, June 15). *Tan*, p. 5.

Avrupa'ya tahsile gidecek talebeler. (1937, January 6). *Ulus*, p. 2.

Avrupa'ya tahsile giden lise mezunları. (1932, September 4). *Vakit*, p. 3.

Avrupa'ya tahsile gönderilecek talebe. (1935, April 12). *Milliyet*, p. 3.

Belçika'da tahsilde bulunan on talebemiz daha geldi. (1940, June 3). *Tan*, p. 2.

Belçika'daki talebemiz meselesi. (1940, June 11). *Tan*, p. 5.

Belçika'dan on talebe geldi. (1940, June 2). *Tan*, p. 2.

Berkes, N. (2014). *Türkiye'de çağdaşlaşma* [Modernization in Türkiye]. Yapı Kredi Yayınları.

Bir talebenin şikâyeti. (1933, September 3). *Milliyet*, p. 3.

Caetano, J. C. R. (2025). E o mundo avança: A missão de internacionalização académica. *Revista on line de Política e Gestão Educacional, 29*, Article e025005. https://doi.org/10.22633/rpge.v29i00.20060


(cc) BY-NC-SA

Çidem, M. (2017). Tanzimat döneminde Avrupa'ya öğrenci gönderme sürecinde ortaya çıkan sorunlar [Problems in the process of sending students to Europe during the Tanzimat period]. *The Journal of Academic Social Science Studies*, (57), 579–586. https://doi.org/10.9761/JASSS7085

Conceição, J. C., Amorim, M. D., & Real, G. C. M. (2020). Mobilidade estudantil na América Latina: Revelações da validação de títulos estrangeiros no Brasil. *Revista on line de Política e Gestão Educacional, 24*(esp. 1), 747–761. https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13780

*[Correspondence concerning admission to naval architecture studies]*. (n.d.). (TDA, 502/23249-101724-10). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning Hasan Mumcu]*. (n.d.). (TDA, 501/322267-129139-1). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning Hatice Ağaş]*. (n.d.). (TDA, 502/23781-103735-2). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning permission for Abdulkadir Oğuz to remain in France]*. (n.d.). (TDA, 525/37969-154147-53). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning scholarship payments in Austria]*. (n.d.). (TDA, 506/42740-192979-23). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning student protection and repatriation]*. (n.d.). (TDA, 508/44325-211449-2). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning Turkish students in Rome]*. (n.d.). (TDA, 541/44226-210239-39). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Correspondence concerning visas for students in Germany]*. (n.d.). (TDA, 508/44325-211448-2). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

Cumhuriyet. (1931, February 18). Cumhuriyet vapurile gelen yolculardan bazıları ve talebelerimiz [Some of the passengers who came with the steamship Cumhuriyet and our students] [Photograph]. *Cumhuriyet*, (2434), 1. Istanbul University Library Historical Periodicals Digital Archive.

Cumhuriyet vapuru ile gelenler. (1945, August 22). *Akşam*, p. 3.

Cumhuriyet vapuru Marsilya'dan geldi. (1945, August 21). *Son Posta*, p. 1.

Deveci, S. Y. (2023). *II. Mahmud döneminde yurt dışına gönderilen öğrenciler* [Students sent abroad during the reign of Mahmud II] [Unpublished master's thesis]. İstanbul Topkapı Üniversitesi.

[Discussion of educational reform during the Tanzimat period]. (1939, November 18). *Tan*, p. 5.


(cc) BY-NC-SA

Doğan, A., & Çetin, S. (2022). Birinci Dünya Savaşı yıllarında Almanya'ya giden bazı Osmanlı öğrencileri [Some Ottoman students who went to Germany during the First World War]. In *XVIII. Türk Tarih Kongresi, 1–5 Ekim 2018, Ankara* (Vol. 3, Osmanlı Tarihi ve Medeniyeti, pp. 87–105). Türk Tarih Kurumu.

Dün sabah Avrupa'dan gelenler. (1940, June 9). *Tan*, p. 2.

Dün sabah gelenler. (1940, June 4). *Tan*, p. 2.

Dün şehrimize gelen talebeler ve yabancılar. (1940, June 6). *Tan*, p. 2.

Ecnebi memleketlerde tahsilde bulunanlar. (1944, March 2). *Tan*, p. 3.

Ecnebi memleketlere gönderilecek talebe hakkında kanun [Law concerning students to be sent to foreign countries], Law No. 1416, *Resmî Gazete*, No. 1169, 6940–6942 (1929, April 16).

*[Embassy complaints concerning Turkish students in Berlin]*. (n.d.). (BCA, 30.10.0.0/142.14.8). Cumhuriyet Arşivi, Türkiye.

Erdoğan, A. (2010). Tanzimat döneminde yurtdışına öğrenci gönderme olgusu ve Osmanlı modernleşmesine etkileri [Sending students abroad during the Tanzimat period and its effects on Ottoman modernization]. *İstanbul Üniversitesi Sosyoloji Dergisi, 3*(20), 121–151.

Ergün, M. (2001). Batılılaşma dönemi Osmanlı eğitim sisteminin gelişimine mukayeseli bir bakış [A comparative view of the development of the Ottoman educational system during Westernization]. In H. Y. Nuhoğlu (Ed.), *Osmanlı dünyasında bilim ve eğitim milletlerarası kongresi tebliğleri: İstanbul, 12–15 Nisan 1999* (pp. 89–102). IRCICA.

Fransa'dan dönen bir talebenin anlattıkları. (1940, May 30). *Tan*, p. 2.

Gül, O. K., & Doğan, M. (2020). Cumhuriyet döneminde yurt dışına öğrenci gönderme faaliyetleri ve "Talha Sabuncu" örneği [Sending students abroad during the Republic and the case of Talha Sabuncu]. *Avrasya Uluslararası Araştırmalar Dergisi, 8*(24), 232–254. https://doi.org/10.33692/avrasyad.832770

Gündüz, M. (2015). Diyar-ı ecnebîde tahsil-i ilm serüvenimiz (1830–1950) [The experience of studying abroad (1830–1950)]. *Eğitime Bakış: Eğitim-Öğretim ve Bilim Araştırma Dergisi, 11*(34), 21–36.

Harp sahasında kalan talebemizin vaziyeti. (1940, June 10). *Tan*.

İçke, A. (2018). *Atatürk dönemi yurt dışı eğitimi (1923–1938)* [Education abroad during the Atatürk period (1923–1938)]. Atatürk Araştırma Merkezi.

*[Inquiry concerning student living expenses in Italy]*. (n.d.). (TDA, 581/87992-320679-42). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

İş Kanunu'nun tatbiki için hazırlıklar başlıyor. (1935, April 17). *Akşam*, pp. 1, 4.

İsviçre'den dün gelenler. (1940, May 20). *Tan*, p. 2.


(cc) BY-NC-SA

Lisans dersleri. (1931, January 23). *Milliyet*, p. 3.

Liyej ve Bürüksel'deki 33 talebemiz geliyor. (1940, June 22). *Tan*, p. 2.

Londra Halkevi ve Türk talebesi. (1943, January 30). *Tan*, p. 3.

*[Musa Yıldız's petition concerning a United States visa]*. (n.d.). (TDA, 502/23781-103735-1). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

*[Official complaints concerning students remaining in Paris]*. (n.d.). (BCA, 30.10.0.0/142.14.9). Cumhuriyet Arşivi, Türkiye.

*[Official response to allegations of mistreatment in Germany]*. (n.d.). (TDA, 501/32162-127639-1). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

Pedagoji Enstitüsü yakında açılıyor. (1937, January 9). *Akşam*, p. 5.

*[Reply concerning wartime conditions and student expenses in Italy]*. (n.d.). (TDA, 581/87992-320679-41). Türk Dışişleri Bakanlığı Diplomatik Arşivi, Türkiye.

[Report of mistreatment of Turkish students in Germany]. (1939, August 21). *Son Telgraf*, p. 1.

[Report on graduates returning from studies abroad]. (1939, August 28). *Vakit*, p. 2.

[Report on returning nurses and the Nurses' Training School]. (1936, September 22). *Cumhuriyet*, p. 2.

[Report on Turkish students returning from Germany aboard Drottningen]. (1945, April 11). *Tan*, pp. 3–4.

Şekercilik kimyagerliği tahsili. (1937, December 20). *Ulus*, p. 4.

Sertel, Z. (1939a, February 26). Gençleri nasıl kayıp ediyoruz? *Tan*, pp. 1–2.

Sertel, Z. (1939b, March 1). Gençlerimizi nasıl israf ediyoruz? *Tan*, pp. 1–2.

Sertkaya, A., & Yılmaz, Y. (2016). II. Dünya Savaşı başlangıcında Belçika'daki Türk öğrenciler [Turkish students in Belgium at the beginning of the Second World War]. *Tarih ve Gelecek Dergisi, 2*(2), 130–139. https://doi.org/10.21551/jhf.v2i2.5000189215

Tahsil için Fransa'ya müsaade edilecek. (1946, October 11). *Ulus*.

Tahsilden dönen gençlerimiz. (1938, January 7). *Ulus*, p. 8.

Tahsilden dönen gençlerimizi nasıl kaybediyoruz. (1939, February 28). *Tan*, pp. 1, 4.

Telefon işleri için Avrupa'da. (1938, October 8). *Akşam*, p. 3.

Ulu, C. (2014). 1416 sayılı "Ecnebi memleketlere gönderilecek talebe hakkında kanun" ve Cumhuriyetin ilk yıllarındaki uygulamaları [Law No. 1416 on students sent abroad and its implementation in the early Republic]. *Tarih Okulu Dergisi, 7*(XVII), 495–525. https://doi.org/10.14225/Joh424


(cc) BY-NC-SA

Vatan topraklarına elim bir dönüş. (1945, August 19). *Cumhuriyet*, p. 1.

Yabancı memleketlerdeki talebeye verilecek ücret miktarı tespit edildi. (1940, July 3). *Vakit*, p. 3.


(cc) BY-NC-SA

## *CRediT Author Statement*

- **Agradecimentos**: Não se aplica.
- **Financiamento**: O desenvolvimento desta pesquisa não recebeu apoio financeiro de nenhuma agência de fomento.
- **Conflitos de interesse**: Nenhum.
- **Aprovação ética**: Não se aplica.
- **Disponibilidade de dados e materiais**: As fontes de dados estão disponíveis publicamente nos respectivos *sites*.
- **Contribuições dos autores**: Todos os autores contribuíram igualmente para o artigo.

**Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação**
Revisão, formatação, normalização e tradução


(cc) BY-NC-SA